

Coligação
Recife Pela Democracia

Propostas de Governo
2017-2020

Introdução

Recife, capital do Estado de Pernambuco, com seus 218,4 km² de área, assentada *nas terras baixas de uma extensa planície aluvional que se estende desde as costas marinhas, frisadas, em quase toda sua extensão por uma linha de arrecifes de pedra, até uma cadeia irregular de outeiros terciários que a envolvendo em semicírculo, a separa das terras mais onduladas do interior*” (Josué Castro - 1946), acolhe uma população cuja última estimativa do IBGE totaliza 1.617.183 hab (2015), irregularmente distribuída em seu território e em cuja composição as mulheres são maioria(54%).

A fragmentação territorial reflete os profundos contrastes sociais e econômicos típicos das metrópoles brasileiras e resultante de um processo histórico de construção, quando, as mais antigas cidades como o Recife, se ergueram no entorno da atividade econômica de interesse do colonizador estrangeiro.

Com um IDH de 0,772 (2010) ocupa a 13^a posição entre as capitais brasileiras sendo, porém, a primeira da Região Nordeste.

Um povo hospitaleiro e alegre, uma cultura rica e uma economia igualmente diversificada, cuja composição do PIB de R\$ 46,5 bilhões (2013) predomina o setor de serviços, responsável por dois terços do valor adicionado, incluindo setores de alto valor de conhecimento, dão à capital de Pernambuco características que expressam todo o seu potencial de desenvolvimento.

Mesmo diante de tantas possibilidades, a cidade tem passado por vários problemas que afetam profundamente a qualidade de vida do seu povo. Num breve diagnóstico, foi possível constatar que o Recife está sendo considerada a cidade mais lenta do país (Tom Tom) refletindo os sérios problemas de mobilidade urbana. Mesmo depois de todos os esforços dos governos anteriores para erradicar moradias precárias e palafitas, o Recife atualmente é identificada como a capital nacional da favelização (IBAM). Segundo o IBGE, 46% da cidade não é atendida por rede de esgoto e a população recifense tem sofrido com as arboviroses (dengue, chicungunha e zica) que pela proporção lidera o ranking, entre as capitais, em números de notificações (MS). Nos últimos três anos a violência aumentou em 26% (INFOPOL/SDS) e, no atual governo, a população teve reduzida sua participação nas decisões de políticas públicas.

É preciso retomar a alegria de viver no Recife e o direito de participar das decisões sobre seu futuro. É com este propósito que a Coligação RECIFE PELA DEMOCRACIA apresenta um conjunto de propostas de políticas públicas e de investimentos, a serem implementadas nos próximos quatro anos, trazidas ao debate para resgatar iniciativas exitosas do passado, sem descuidar de trabalhar pelo futuro da cidade. Um programa de governo que expressa o compromisso assumido com:

RECIFE DE VOLTA PARA AS PESSOAS - RECIFE CIDADE DO FUTURO.

E está dividido em três eixos estratégicos os quais orientam um conjunto de ações distribuídas em vários temas, assim organizados:

CIDADE SUSTENTÁVEL: Desenvolvimento Urbano, Mobilidade e Qualidade de Vida; Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda; Cultura; Meio Ambiente;

CIDADE INCLUSIVA: Educação; Saúde; Assistência Social; Direitos Humanos; Esporte e Lazer;

CIDADE PARTICIPATIVA: Gestão Democrática; Gestão Eficiente e Transparente.

CIDADE SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento Urbano, Mobilidade e Qualidade de Vida

Polo da região metropolitana, composta por 14 municípios, o Recife exerce grande influência nessa região, sobretudo nos municípios vizinhos, definindo um espaço urbanizado comum. Tal conurbação consolidada produz efeitos sobre os recursos naturais, abastecimento de água, sistema viário, transporte de passageiros, saneamento ambiental, uso e ocupação do solo, acesso ao lazer, à educação e à saúde que vão perpassar fronteiras. Essa realidade transformou-se em um desafio a ser enfrentado, que envolve conflitos advindos da desatualização da legislação urbanística em vigor, da ausência de gestão integrada de políticas urbanas, da exclusão social e da degradação ambiental decorrente.

Para retomar o modelo de desenvolvimento da cidade com sustentabilidade ambiental e inclusão social é de suma importância o fortalecimento dos instrumentos de participação cidadã, assegurando a colaboração direta da população na gestão democrática da Política Urbana.

O conjunto de leis deve contemplar, além da abordagem urbanística e ambiental, ações estratégicas com abrangência municipal e integração regional, baseadas na participação popular, na função social da propriedade, no resgate da cidadania e no reconhecimento da cidade real.

Para que se possa fazer a mediação entre interesses privados e o direito à qualidade de vida, deve-se partir dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, procurando desburocratizar para permitir um maior empoderamento da sociedade através da atualização de informações e diagnósticos das condições socioeconômicas e ambientais do município, quantificando, qualificando e identificando os problemas nas áreas de risco, loteamentos irregulares e áreas de preservação ambiental.

Um conjunto de intervenções deve ser organizado, para revitalizar áreas históricas como a Área Central e o Recife Antigo, áreas de preservação ambiental, e áreas de assentamentos subnormais, priorizando habitação popular, valorizando as características, a história, organização social e cultura de cada área de intervenção;

A manutenção da cidade e a revitalização dos espaços públicos proporcionam a compatibilização do desenvolvimento urbano com o econômico e contribui para melhorar a segurança pública, que terá uma atenção especial por parte da gestão da Coligação Recife Pela Democracia.

A questão da mobilidade urbana tem peso significativo na qualidade de vida das pessoas e sua importância amplia-se na medida em que aumentam as dificuldades para os deslocamentos dos

indivíduos dentro da cidade. O município do Recife ainda não entregou o plano de mobilidade exigido de acordo com a Lei de Mobilidade Urbana 12.587/12. É preciso um projeto que preveja um conjunto de medidas visando melhorar o acesso das pessoas, as condições dos transportes e a fluidez do trânsito, garantindo o direito de ir e vir com qualidade e segurança.

A Coligação propõe consolidar a política de mobilidade urbana que compreende trânsito, transportes e infraestrutura viária, com destaque para possíveis mudanças de vocação dos territórios, dentro de uma visão sistêmica sobre a movimentação de pessoas e bens, envolvendo todos os elementos que produzem as necessidades de deslocamentos, superando a visão mais tradicional que trata separadamente cada componente desse sistema.

Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda

Desenvolver atividades para fortalecer a economia da cidade; estimular a geração de emprego e renda, com um olhar especial para a juventude e incentivar a descentralização econômica;

Priorizar os setores econômicos para os quais a cidade tem vocação, como o turismo, a ciência e tecnologia e o polo de saúde;

Agregar novos setores que dialogam com novas formas de produção, baseadas nos modernos conceitos de sustentabilidade ambiental e situam-se nos segmentos da economia criativa ou da economia solidária;

Estimular a formalização e valorizar os agentes econômicos dos segmentos mais populares, as micro e pequenas empresas, tendo por base a lei do micro empreendedor individual e da micro e pequena empresa;

Estimular o diálogo permanente com todos os setores produtivos, desburocratizar as relações com o poder público e garantir a segurança jurídica.

Cultura

Conceber a política cultural como política de Estado, fomentar programas, projetos e ações culturais de forma estruturada e permanente, onde os eventos sejam parte integrante deste processo e não ações isoladas, descontínuas e descoladas da produção cultural local.

Um conjunto de ações devem ser implementadas para, de forma transparente e impessoal, incentivar e fomentar a produção cultural da cidade;

Assegurar o respeito aos valores étnicos, éticos, morais e estéticos, bem como aos costumes e aos ideais das comunidades tradicionais;

Promover e apoiar a realização dos grandes eventos do calendário turístico-cultural da cidade, de forma democrática e descentralizada;

Criar ou restaurar e reaparelhar equipamentos, espaços culturais tanto na região central quanto nas regiões periféricas, e o patrimônio histórico;

Garantir a formação profissional e de platéias, incentivando o protagonismo dos jovens; realizar pesquisas e organizar as informações para subsidiar a formulação de políticas públicas; promover a cultura do Recife, nacional e internacionalmente.

Meio ambiente

As cidades assumem a centralidade no debate sobre o meio ambiente. Serão cada vez mais o palco da luta a ser travada por um futuro mais sustentável. Como serão administradas definirá o modelo de desenvolvimento que teremos amanhã. Esse debate deve envolver a todos os residentes, na busca por mais inclusão social, mais oportunidades de uma vida digna e saudável para todos, compartilhando objetivos e uma visão comum para a cidade e o futuro que se busca construir, com plenas responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns.

Para alcançar esses objetivos a Coligação propõe:

Estabelecer metas para a redução do consumo de energia não renovável e para aumentar o uso de energias renováveis, a exemplo da energia solar;

Desenvolver políticas que contribuam para o uso eficiente da água;

Proteger, regenerar e aumentar a biodiversidade, ampliar as áreas naturais protegidas e os espaços verdes urbanos;

Envidar esforços para buscar melhorias na qualidade do ar, segundo os padrões da Organização Mundial da Saúde (OMS-ONU) e estimular a produção de alimentos orgânicos;

Desenvolver políticas adequadas para a questão dos resíduos sólidos, da prevenção a desastres naturais e das mudanças climáticas e uma atenção especial ao saneamento da cidade.

CIDADE INCLUSIVA

Educação

“É preciso toda uma aldeia para educar uma criança” (provérbio africano)”.

O compromisso com uma educação integral na cidade do Recife, implica na dinamização das ações e processos político pedagógicos que contribuam com o desenvolvimento humano e social das pessoas.

Este compromisso será efetivado por uma gestão democrática, inclusiva e participativa, e pela ampla integração das políticas educacionais com as políticas sociais, culturais, ambientais e econômicas da cidade. Desta forma, serão construídas as bases da sustentabilidade da inclusão social, fundamento de uma sociedade mais justa e igualitária. As metas do PNE e do PME, serão parâmetro na busca de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada. Para isso propõe-se:

Estabelecer a educação infantil como uma prioridade, com a garantia do direito constitucional de universalização do atendimento de crianças na faixa etária de quatro a cinco anos e ampliação das vagas em creches; requalificação e implantação de novos centros municipais de educação infantil; desenvolvimento de programa específico de formação continuada direcionado para todos os profissionais da educação infantil, objetivando o máximo de qualificação da prática pedagógica nas unidades de ensino, para assegurar um presente garantidor do futuro;

Garantir o direito de aprender para cada um dos estudantes, com ampliação do tempo e espaço escolar, promovendo uma educação integrada e integral, numa perspectiva de abertura da escola para a família, a comunidade e a cidade. Para isso, implantar estratégias de apoio à superação das dificuldades, visando intensificar as oportunidades de aprendizagem, numa perspectiva de educação inclusiva em todos os níveis, etapas e modalidades;

Fortalecer uma política de estímulo à leitura e de formação de leitores, com direito aos livros e bibliotecas renovadas e dinamizadas;

Desenvolver uma visão integral da educação, diversificando as ações educacionais complementares e a integração com outros órgãos da Prefeitura do Recife, por meio de educação ambiental; integração da cultura nas escolas; articulação com a área de esporte e lazer; busca da superação dos preconceitos de raça, de classe, de sexo, cuidando para que a prática nova na escola possa ajudar a construir uma prática nova na sociedade;

Valorizar profissionalmente os educadores, garantindo a formação continuada e aprofundamento científico, ao longo de todo ano, trazendo assim o conhecimento atual sobre as atividades de ensino das diversas áreas do conhecimento, para o cotidiano da escola; formação de gestores e trabalhadores não docentes e a valorização da carreira, assegurando o estabelecido na lei do piso salarial;

Estimular e promover o acesso à escola para aqueles que a ela não tiveram oportunidade na idade apropriada, numa perspectiva de integração da educação de jovens e adultos à qualificação profissional e ação comunitária, assegurando oportunidades de construção de um itinerário formativo e reduzindo significativamente a evasão desses alunos;

Ampliar, reestruturar e manter a rede física das escolas e equipamentos escolares e garantir apoio social à educação, garantindo alimentação adequada, saúde e material necessário às atividades escolares;

Desenvolver uma política de tecnologia, educação e cidadania, de modo que o acesso à tecnologia seja instrumento de garantia do direito de aprender e de inclusão, na totalidade das escolas.

Saúde

Política social de relevância pública, dever do Estado e direito fundamental da pessoa humana, a saúde é ao mesmo tempo, fator de desenvolvimento econômico e social, e resultado do modelo de desenvolvimento adotado em um país. Por isso é considerada como um dos elementos estruturantes do projeto de desenvolvimento para o Recife.

A proposta da política de saúde no Recife se baseia em três linhas teóricas que se encontram na busca de qualidade de vida para todos:

CIDADES SAUDÁVEIS: Fomentado pela Organização Mundial de Saúde desde 1986, objetiva o estabelecimento de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida no espaço urbano, com ênfase na intersetorialidade e na participação social;

HUMANIZAÇÃO: Instituída em 2003, tem por objetivo transformar em políticas públicas um movimento de organização da saúde e de mudanças de práticas na rede assistencial, que propõe a valorização da qualidade de vida do usuário, com ganhos de autonomia e protagonismos para este e para os trabalhadores da saúde, copartícipes do processo de sua construção;

BEM VIVER: Um movimento surgido na Itália que propõe mudanças profundas de mentalidade e estilo de vida. Envolve a sustentabilidade e a autosuficiência econômica, construídas através de uma relação de respeito e mediação entre as potencialidades econômicas e a cultura e tradição local, com foco no bem-estar das pessoas, desacelerando o ritmo de vida e promovendo a inclusão do lazer e do prazer no cotidiano.

A implementação conjunta dessas três linhas teóricas alicerça-se em diversas ações e estratégias do SUS, tais como o incremento das ações de proteção e promoção da saúde, e a prevenção de doenças, de forma integrada aos demais entes federados.

Para responder a esses desafios, a Coligação Recife Pela Democracia propõe:

Qualificar e ampliar os serviços de saúde, a cobertura da atenção básica e o conjunto de ações da alta e média complexidade, buscando superar a desigualdade territorial na distribuição de ofertas; otimizar o trabalho multi e interdisciplinar visando a integralidade do cuidado e o fortalecimento da gestão pública;

Reimplantar o sistema de regulação e a política da assistência farmacêutica pública; requalificar a relação com a saúde suplementar e a integração com as ações voltadas para o monitoramento, a prevenção e a vigilância em saúde;

Para dar suporte à extensão das ações de saúde, é essencial uma melhor atenção ao conjunto dos profissionais da saúde, com foco na requalificação, formas de contratação e com a valorização da carreira pública, ampliar a política de integração ensino-serviço-comunidade, envolvendo a educação permanente, a formação em serviço e a participação popular;

Inovar na gestão e buscar ganhos de eficiência, eficácia, e efetividade das ações, o aperfeiçoamento e aprofundamento da participação, o controle social e a transparência, otimizando os recursos aplicados, bem como os sistemas de monitoramento, ouvidoria e auditoria como instrumentos de controle e diálogo com a população;

Expandir a política municipal de práticas integrativas, com implantação de serviços na rede de saúde e distritos sanitários.

Assistência Social

O Sistema Único de Assistência Social vem se estruturando no Brasil de maneira a organizar os serviços da Política de Assistência nas instâncias federais, estaduais e municipais. Deve ser entendida como direito do cidadão, ou seja, é para quem dela precisa, independentemente de idade, gênero, sexo, religião e etnia. No Recife, os serviços específicos voltados para as crianças, os adolescentes e os idosos, são insuficientes em qualidade e quantidade. A Coligação Recife Pela Democracia propõe:

Ampliar e melhorar, a proteção social básica, a infraestrutura de atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, pobreza e sem acesso aos direitos fundamentais;

Qualificar e ampliar os equipamentos existentes – CAPS, Unidades Terapêuticas – destinados à proteção social especial de media e alta complexidade e investir na formação de profissionais.

Fortalecer as políticas públicas para pessoas que usam drogas.

Direitos Humanos

A luta pelos Direitos Humanos constitui princípio transversal a ser considerado em todas as políticas públicas e exige maior participação, controle social e monitoramento dessas políticas. Desta forma, serão desenvolvidas ações para:

Valorizar e fortalecer todos os conselhos de direitos humanos;

Ampliar o debate sobre o direito à uma cidade inclusiva e acessível, como direito humano e, portanto, elemento fundamental da implementação de políticas de desenvolvimento urbano;

Envidar esforços para a superação das desigualdades e contra toda forma de discriminação e exclusão;

Garantir, com prioridade aos grupos de maior vulnerabilidade, o direito à educação, à saúde, à cultura, ao lazer e esporte como estruturadores da cidadania. Da mesma forma, assegurar o direito de opinião e participação e proteção contra todas as formas de violência.

Esporte e Lazer

O Esporte e Lazer é forte elemento de transformação social. Ciente desse papel estruturante a Coligação Recife Pela Democracia Propõe:

Reestabelecer e fazer avançar uma política pública de esporte e lazer fundamentada na participação popular e que valorize o exercício da cidadania, principalmente os jovens e demais atores que atuam nessas ações;

Requalificar os espaços de esporte e lazer existentes e ampliar esses equipamentos, numa perspectiva do desenvolvimento urbano que busca: democratização do acesso, igualdade de direitos, justiça social e respeito à identidade cultural da cidade;

Fortalecer a visão intersetorial do esporte e lazer dentro de uma política de integração com educação, as equipes de saúde dos bairros e as academias da cidade;

Promover a cultura esportiva nas escolas, tornando-a parte do desenvolvimento integral dos estudantes, inserindo essa política na realidade social como instrumento de fortalecimento da participação popular;

Valorizar, entre as ações de promoção do esporte e lazer na cidade, as expressões esportivas populares, qualificando-as e fortalecendo as parcerias com associações e clubes;

Estimular e promover esportes de alto rendimento, inclusive para pessoas com deficiência e a realização de grandes eventos, potencializando a vocação turística da cidade.

GESTÃO PARTICIPATIVA

Gestão Democrática

A participação da sociedade nas definições do governo é uma exigência de qualquer gestão pública que busca governar o mais próximo da população.

A Coligação Recife Pela Democracia, em harmonia com esses anseios, incentivará que o cidadão e a cidadã decida onde o governo municipal atuará de forma prioritária, possibilitando que o Recife seja uma cidade socialmente mais justa e democrática e Estimular a participação dos jovens no debate sobre a cidade que queremos.

Promoverá e valorizará o conjunto dos servidores municipais;

Cuidar das pessoas é assegurar a escuta e o diálogo com a sociedade e é um dos principais compromissos da Recife Pela Democracia. A prática, incorporada na forma gerencial da cidade, proporcionará a sintonia entre as políticas públicas, investimentos e ações do governo e os reais anseios da maioria da população do Recife, na execução do plano de governo, garantindo uma gestão democrática, que atuará para toda a população da cidade, priorizando os segmentos mais vulneráveis. Também possibilitará o acompanhamento da qualidade das ações, maximizando os resultados da intervenção pública e tornando-a efetiva.

Gestão Eficiente e Transparente

Gerir com eficiência os recursos que são limitados é administrar maximizando o efeitos dos programas, projetos e ações para atender às demandas da população. A eficiência é um dos princípios constitucionais da gestão pública e como tal será constantemente buscada no governo da Coligação Recife Pela Democracia que promoverá e valorizará o conjunto dos servidores municipais.

A transparência é uma exigência da sociedade moderna, que se articula em rede e busca interagir de forma permanente com o universo dos seus interesses. Serão otimizados meios amigáveis de acesso às informações do governo, para que através de portais ou assemelhados, a população possa ter uma percepção clara do governo.

Fortalecer o sistema público de comunicação é um compromisso da Coligação Recife Pela Democracia para garantir à população a liberdade de expressar-se e de ter acesso aos seus direitos.